

Seria chover no molhado... Se o molhado não fosse sangue

Discurso proferido pelo deputado Marcos Rolim em 30 de março de 1994

Sr. Presidente,
Srs. Deputados, Sras. Deputadas:

Este pronunciamento é uma homenagem e, como tal, será respeitoso. Seu objeto, entretanto, não é o elogio, mas a consideração que devemos a todos os que souberam enfrentar um dos mais dramáticos momentos de nossa história com altivez e coragem. Se desejamos, então, estar à altura daqueles a quem pretendemos oferecer nosso reconhecimento, será preciso discursar como um tribuno; ou seja: como alguém que, além de algumas laudas a sua frente, possui uma causa a defender. Nossa homenagem, assim, afasta-se de protocolos, porque não há forma discursiva apropriada para a indignação que trazemos e acalentamos no coração. E se queremos valorizar a democracia, será preciso permitir às palavras que se sucedam apaixonadamente, posto que a causa que nos anima é a liberdade que só pode ser abordada pela paixão.

Em um poema escrito em maio de 1964, Moacyr Félix compreendeu esta vinculação quando assinalou: “ – Meu pai, o que é liberdade? – É o seu rosto, meu filho, o seu jeito de indagar, o mundo a pedir guarida no brilho do seu olhar. A liberdade, meu filho, é o próprio rosto da vida que a vida quis desvendar; é sua irmã numa escada iniciada há milênios em direção ao amor; seu corpo feito de nuvens, carne, sal, desejo, cálculo e fundamentos de dor”. Falar da liberdade, sabia o poeta, é falar de um enigma que não pode ser decifrado e que, por isto mesmo, deve ser repostado e renovado constantemente para a afirmação dos humanos.

Os regimes ditatoriais intentaram suprimir este enigma, devorando, de forma alucinada, todas as evidências do impossível pressuposto na própria intenção violenta. As diferenças deveriam ser eliminadas, os dissidentes abatidos, o próprio espaço público reduzido aos limites de uma farsa. O enigma, entretanto, persistiria, ainda que no interior de uma noite tecida de medo e vergonha. Dessas sombras, surgiram muitos Cuauhtemocs, “recriando sobre o braseiro que mata uma rosa de ouro e prata para a altivez” de um povo e tantos Felipes dos Santos, “com quatro bússolas de sangue na Praça de Vila Rica, de pé a cuspir nos mantos do medo que a morte indica”. O que fez o poeta concluir: “A liberdade, meu filho, é o homem morto na cruz por ele próprio plantada e a luz que sua morte expande, pontuada como uma espada”.

Estamos aqui hoje, senhor presidente, para expandir esta luz e afiar esta espada. Para que o tempo não se encarregue de nos unir pelo silêncio, para que nossa civilidade não se transmude em cumplicidade e esquecimento. Estamos aqui,

senhor presidente, para disputar um conceito de história, de uma história que se faz em nossas ações capazes de redefinir o próprio passado pelos sentidos que vamos lhe atribuindo. A homenagem aos nossos mártires, por isto mesmo, é a tentativa explícita de oferecer às novas gerações a lembrança de modelos de conduta em tudo contrapostos àqueles que nos foram legados pela história oficial; afinal, não desejamos que nossos filhos devam se espelhar nesta galeria de cortesãos enfatuados que se imaginam políticos ou governantes quando só fizeram reproduzir fuxicos de gabinete ou intrigas palacianas. A lembrança daqueles que entregaram suas vidas – ou o melhor de suas vidas – para a construção da democracia convoca para dentro desta sala o desprendimento contra os interesses, a energia contra a lassidão, os princípios contra o oportunismo e, nesta convicção, é o próprio Parlamento que se engrandece.

Encontraremos no livro de Ezequiel – Cap. 29, Vers.5 – uma terrível maldição lançada contra um dos faraós do antigo Egito. Diz a maldição: “Tombarás na superfície do campo, sem seres recolhido, nem enterrado. Entregar-te-ei como pasto aos animais da terra e também às aves do céu”. Em nosso País, senhor presidente, e há alguns anos apenas, muitos foram os que tombaram na superfície do campo e a quem se negou até mesmo o direito à sepultura. A maldição, acompanhada por sinistras cadências e orgias, foi expressa, muitas vezes, em estatísticas: 10 mil exilados, 7.387 acusações formalizadas por subversão; 4.682 cassados e cerca de 300 mortos desaparecidos. A ditadura, entretanto, não é esses números. Seria preciso, para defini-la, buscar, atrás de cada número, o ser humano e sua vida ou o ser humano e sua morte; o indivíduo, sua família, seus amigos, seus sonhos, seus pesadelos. Mas como buscar esta realidade que nenhuma soma pode revelar? Valeria lembrar, por exemplo, que destas 7.387 acusações formalizadas, 2.868 voltaram-se contra jovens com menos de 25 anos? Valeria lembrar que, em 51% destes processos documentados, não há qualquer referência ao órgão responsável pela prisão dos acusados? Valeria lembrar, ainda, que, daquele total, 1.197 pessoas foram presas antes da abertura de qualquer inquérito? Adiantaria assinalar que as dotações orçamentárias para manutenção das agências do SNI, de Manaus a Porto Alegre, cresceram 3.500 vezes de 1964 a 1981? Parece claro que não, que tudo isto é secundário na caracterização de um período histórico onde a covardia se fez irmã da atrocidade.

Parece mais útil, senhor presidente, estar atento ao horror, para que saibamos reconhecer as fogueiras que saíram da terra devorando os seres humanos. É preciso estar atento ao horror e identificar, com Neruda, os “chacais que o chagal rechaçaria, as pedras que o cardo seco morderia cuspindo, as víboras que as víboras odiariam”. Afinal, esses animais da terra estão entre nós, ocupam cargos públicos, alguns até editam memórias e são condecorados por relevantes serviços prestados à Pátria. Peço licença, então, para introduzir neste plenário os gritos de CHARLES CHAEL, chutado como um cão até a morte. E que todos registrem na memória o seu atestado de óbito no qual se fez escrever: 7 costelas quebradas, hemorragia interna, hemorragias puntiformes cerebrais, equimoses em todo corpo. Chamo à presença dos senhores a figura de JOÃO LUCAS ALVES, 36 anos, sobre quem as autoridades policiais e militares afirmaram ter se suicidado, versão que se manteve oficialmente mesmo diante da confirmação de

que suas unhas haviam sido arrancadas e seus olhos perfurados; invoco desta tribuna o testemunho de LÚCIA MARIA MURAT VASCONCELOS, currada na prisão e submetida a toda sorte de sevícias pelo “patriotismo” de seus algozes que se divertiam introduzindo uma barata em seu ânus. Que seja lembrado aqui, o perfil de um MÁRIO ALVES, dirigente do PCBR, assassinado pela ditadura com requintes de selvageria no quartel da polícia do Exército na rua Barão Mesquita, RJ, em 1970. Mário Alves não falou nada, nem quando lhe raspavam a pele com uma escova de aço, nem quando lhe submeteram ao suplício medieval do empalamento.

Quem eram estes homens e mulheres que se obrigaram a embrulhar seus corações nos mantos da História, que fizeram da utopia seu alimento e dos relâmpagos seu alfabeto? Quem eram esses homens e mulheres que desejaram assaltar aos céus em um incêndio revolucionário e que foram conduzidos aos porões do inferno para arder na brasa dos cigarros? A ditadura os chamou de “terroristas” e os considerou um perigo para os valores ocidentais e cristãos; por certo, os mesmos valores cuja nobreza constituiu o pau de arara como seu mais legítimo defensor. Os terroristas, senhor presidente, eram sonhadores incorrigíveis; foram, na verdade, a tradução mais que imperfeita, humana, de um vento dirigido para a superação das desigualdades e injustiças; o mesmo vento que haverá de esparramar as cinzas da exploração e da opressão de todos os séculos. Os terroristas, senhor presidente, foram gente como Luiz Eurico Tejera Lisboa, companheiro de Suzana Lisboa, assessora da Comissão de Direitos Humanos desta Casa. Luiz Eurico, assassinado em 1972, foi enterrado clandestinamente na vala de Perus, em São Paulo, e sua ossada foi a primeira a ser descoberta. Em um poema intitulado “À Camarada que Fica”, Luiz Eurico escreveu: “Adeus, Doce Amada, é preciso partir. Seguirei tranquilo por outros caminhos, pois nosso andar busca uma mesma pousada. Breve descansaremos na Rubra Aurora de nosso povo. Mas preciso confiar-te que dou às cegas muitos de meus passos largos, que são frágeis as minhas pernas e muito dura a jornada. Só em teus olhos, encontrarei a luz que iluminará meu caminho. No mais profundo do teu ser, fortalecerei meu corpo, firmarei meus passos, acumularei energias para o desafio presente. Em tuas mãos, aquecerei as minhas para enfrentar o rigor dos tempos. E, se algum dia – meu anjo lindo –, novo amor florescer em tua vida, ainda assim pensa sempre em mim com carinho, porque estarei pensando em ti e estarei sozinho.” Entre os terroristas, senhor presidente, também havia poetas.

Basta, então, o soerguimento deste véu para que a barbárie se apresente inteira e se faça aqui sentir, concreta como um soco no estômago, a palavra de ordem dos golpistas repetida desde que Millan Astray, um dos generais de Franco, finalizou seu discurso na Universidade de Salamanca, brandando “Viva la muerte”. O general não esperava, mas aquele mesmo e primeiro enigma, apresentou-se pela voz de UNAMUNO que tomou a palavra para assinalar: “Acabo de ouvir um grito necrófilo e sem sentido: viva a morte. Isto me soa repelente. O general Astray é um homem pela metade. É um inválido de guerra. Também o era Cervantes, mas Astray é um aleijado sem grandeza espiritual de Cervantes e que é capaz de buscar um sinistro alívio para sua inválida personalidade, causando mutilações ao seu redor. Vós podereis vencer, senhor general, pois tendes a força bruta. Mas

não convencereis. Para convencerdes, precisais persuadir e, para persuadires, necessitais aquilo que precisamente vos falta: a razão e o direito na luta. A Espanha com que sonhais, seria – ai dela – como vós, torta, manca e aleijada.”

Eram moralmente tortos, mancos e aleijados aqueles que nos apresentaram HERZOG como janela-meia-pescoço-asfixia; aqueles que nos propuseram esta extraordinária vocação dos presos políticos à revolta contra o ar. Eram moralmente tortos, mancos e aleijados aqueles que se dirigiam ao estacionamento do Pavilhão de Exposições do Rio Centro, em 30 de abril de 1981, carregando dentro de um Puma e sobre o próprio colo as palavras do general Astray; eram moralmente tortos, mancos e aleijados aqueles que foram os mandantes destes crimes e de tantos outros e também os que acobertaram, os que consentiram, os que conciliaram.

Há quem entenda que devemos olvidar esses fatos. Não seria conveniente lembrá-los, afirmam. Diante da incandescente pergunta sobre os desaparecidos, sobre os destinos daqueles que foram moradores deste território sem chão a que chamamos de época, sobre o paradeiro daqueles que foram condôminos das nossas esperanças, ingenuidades e lutas e, por isto mesmo, sínteses das trágicas possibilidades que nos rodeavam, alguns chegam mesmo a afirmar que tudo não passou de abusos ou excessos, certamente lamentáveis, mas, afinal, nem tão significativos diante dos números legados pela ditadura argentina, por exemplo. Como se sabe, foram 30 mil desaparecidos naquele país. Frente a estes números, o “caso” brasileiro seria percentualmente irrelevante. Pelo mesmo raciocínio, poder-se-ia afirmar que tudo o que ocorreu na Argentina, no final das contas, é percentualmente insignificante diante do massacre nazista contra judeus. Os 30 mil são “apenas” 0,5% dos 6 milhões de vítimas do holocausto. Ocorre que os seres humanos não podem ser revelados em porcentagens. Cada um dos que foram assassinados morreu 100% e cada uma de nossas tragédias vale por todas juntas. Inventando evasivas, alegando compromissos urgentes e inadiáveis, muitos ainda se recusam a sentar-se nessa mesa política, onde serve-se o prato triturado e amargo do balanço histórico e cobra-se as necessárias atitudes de justiça. Precisamos voltar os olhos para o futuro, chegam a dizer certos senhores com o cinismo habitual. A pergunta, então, poderia ser: em que museu de nosso país estão expostos os paus de arara, o choque elétrico, o magneto de telefone, a prancha, a cadeira de dragão, o peixe-boi, a luz intensa, o amoníaco, a injeção de éter, o torniquete, os socos, os pontapés, os alicates, as roldanas? Quantos destes instrumentos encontram-se, ainda, em nossas delegacias e presídios? Estamos mesmo a falar do passado ou, sinceramente, de futuros diferentes e possíveis?

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas: lembrar os trinta anos do golpe militar seria o mesmo que chover no molhado, se o molhado não fosse sangue. Por certo, a vida é mais espessa que nossas lembranças. A complexidade do mundo, sua dor, sua delícia, não cabem em um discurso. Mas a vida acompanhada por uma ideia é mais espessa que a ideia sem vida, mais espessa que uma vida contra uma ideia, como história é mais espessa que o dia-a-dia, como a greve é mais espessa que a fábrica, como os hinos são mais espessos que as canções. Em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores e

– antes dela e além dela –, em nome de uma esquerda radical, que encontra seus fundamentos não em fórmulas de almanaque, mas nos protocolos de legitimação ética que constrói – o que lhe permite tomar as coisas pelas raiz, “que para o homem é o próprio homem” – queremos registrar desta tribuna o espesso compromisso de não esquecer e não permitir que se esqueçam da dor que vamos repartindo para torná-la suportável, ao mesmo tempo em que multiplicamos nossa esperança.